



TERMO DE REFERÊNCIA

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “a” e “i” da Lei n. 14.133/2021)

1.1 Do Objeto: O objeto deste Termo de Referência é a aquisição de equipamentos esportivos para o regular funcionamento do Ginásio Poliesportivo Alfredo Barreto: um conjunto de tabelas de basquete profissionais, um sistema de placar eletrônico integrado oficiais e um par de relógios de 24/14 Segundos (Shot Clock).

1.2 A presente aquisição se enquadra na classificação de bens comuns, conforme Decreto Municipal nº 7.074, de 30 de março de 2023, que regulamenta o disposto no art. 20 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que regulamenta o enquadramento dos bens comuns nas categorias de qualidade comum e não de luxo.

1.3. O prazo de vigência do Contrato será por um período de 01 (um) ano a contar da data da sua assinatura.

2. DO ÓRGÃO SOLICITANTE E UNIDADE GESTORA:

- **Secretaria Municipal da Cidade – SECID**
- **Unidade 028**

3. DA JUSTIFICATIVA, DA FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘b’ da Lei n. 14.133/2021)

3.1. A presente contratação para o Ginásio Poliesportivo é fundamental para atender às necessidades dos usuários e melhorar a experiência esportiva, por serem equipamentos essenciais para a prática do basquete e outros esportes, proporcionando uma experiência mais autêntica e emocionante para os atletas e espectadores.

3.2. Além disso, a prática esportiva é fundamental para a promoção da saúde e do bem-estar. A contratação de equipamentos de qualidade é essencial para garantir a segurança e a eficácia da prática esportiva.



3.3. Necessário mencionar que a contratação do par tabela de basquete, relógios e placar eletrônico de alta qualidade melhorará a qualidade dos jogos e a experiência dos atletas e espectadores, consequentemente reduzirá o risco de acidentes e lesões durante a prática esportiva.

3.4. Assim, contratação de tabela de basquete, relógios e placar eletrônico para o Ginásio Poliesportivo Alfredo Barreto é fundamental para atender às necessidades dos usuários e melhorar a experiência esportiva. A justificativa e descrição da necessidade da contratação demonstram a importância desses equipamentos para a prática esportiva de alta qualidade e a promoção do esporte e da saúde.

4. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c')

4.1 Do quadro descritivo dos itens, especificações técnicas, e quantidades para a contratação:

ITEM	QTD	PRODUTO/ESPECIFICAÇÕES
01	02	<p>Dimensões externas: Altura: 1,5 a 2,5 m; Largura: 2 a 4 m; Profundidade: 0,2 a 0,5 m</p> <p>Altura mínima dos dígitos: Pontuação: ≥ 30 cm; Tempo de jogo: ≥ 20 cm</p> <p>Ângulo de visão mínimo de 160°;</p> <p>Distância de leitura superior a 80 metros.</p> <p>Contador de 24/14 seg: 12–15 cm</p> <p>Informações exibidas - Pontuação das equipes</p> <ul style="list-style-type: none">- Cronômetro do tempo de jogo- Período do jogo- Faltas acumuladas por equipe- Contador de 24/14 segundos- Indicadores de posse de bola (Todas as informações devem ser visíveis simultaneamente) <p>Integração: Compatível com relógio shot clock de 24/14 segundos;</p> <p>Visibilidade e contraste: Números claros, legíveis, com fundo</p>



	<p>contrastante;</p> <p>Controle e Operação:</p> <p>Painel de controle com interface computadorizada (software em português, com licença permanente);</p> <p>Conectividade por cabos de dados e sistema sem fio, garantindo estabilidade da comunicação;</p> <p>Possibilidade de controle simultâneo de cronômetros de posse de bola (24s e 14s), conforme normas da FIBA;</p> <p>Relógio/cronômetro com precisão mínima de 1/100 segundo.</p> <p>Sistema de sirene eletrônica integrada com volume regulável, audível em todo o ginásio;</p> <p>Cabos, suportes, conectores e ferragens necessárias para a instalação completa.</p> <p>Alimentação Elétrica:</p> <p>Tensão de alimentação: Bivolt automático (110V ou 220V);</p> <p>Sistema de proteção contra surtos elétricos e sobrecarga;</p> <p>Consumo máximo compatível com o tamanho e a luminosidade do equipamento.</p> <p>Software e Configuração:</p> <p>Sistema operacional compatível com ambiente Windows ou Linux;</p> <p>Interface intuitiva com telas específicas para cada modalidade;</p> <p>Possibilidade de atualização remota e registro de estatísticas;</p> <p>Memória interna para armazenamento de dados e histórico de partidas.</p>
--	--



		<p>Garantia e Assistência Técnica:</p> <p>Garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação e instalação; Disponibilidade de assistência técnica nacional e peças de reposição (para aquisição) por no mínimo 5 anos após a entrega.</p> <p>Documentação Exigida:</p> <p>Manual técnico completo em português; Certificado de conformidade com as normas das respectivas confederações; ART ou RRT do responsável técnico pela instalação.</p> <p>Jornal Mídia. Permite cadastrar mensagens institucionais, como patrocínio, escalação das equipes, mensagens informativas rápidas, permitindo ao usuário adequar a necessidade de cada jogo, utilizando o placar como informação ao público local e instalação</p>
02	02	<p>Relógios de 24/14 Segundos (Shot Clock): Contagem regressiva de posse de bola (24/14 segundos).</p> <p>Dimensões externas: Altura: 0,4–0,8 m, Largura: 0,6–1,0 m, Profundidade: 0,15–0,3 m.</p> <p>Altura mínima dos dígitos: 12–15 cm</p> <p>Exibição: Contador regressivo 24/14 seg</p> <p>Controle: Remoto</p> <p>Integração: Compatível com placar principal, Sincronização automática.</p> <p>Visibilidade: Devem ser facilmente visíveis para os jogadores e árbitros em ambas as extremidades da quadra. Controle remoto, sincronizado que permite que você controle dois relógios de disparo ao mesmo tempo com um controle remoto. Ajuste de brilho de 5 níveis.</p> <p>Durabilidade: Estrutura resistente e fixável ou móvel. Proteção contra impactos.</p> <p>Garantia: Mínimo 12 meses. Inclui peças e suporte técnico;</p> <p>Documentação: Manual técnico completo em português;</p>



		<p>Certificado de conformidade com as normas das respectivas confederações;</p> <p>ART ou RRT do responsável técnico pela instalação. Rastreabilidade e conformidade.</p>
03	02	<p>Equipamento de basquetebol - TABELA MÓVEL DE BASQUETE:</p> <p>Tabela móvel oficial de basquete profissional elétrica. Modelo para campeonatos internacionais. Fabricação conforme normas da FIBA. Tabela de basquete modelo oficial com medidas exigidas para atender jogos de padrão internacional.</p> <p>Dimensões da Tabela (Painel): Altura: 1,05 m, Largura: 1,80 m. Medidas oficiais da FIBA.</p> <p>Material da Tabela: Acrílico, vidro temperado ou policarbonato com espessura mínima de 10 mm (sendo todos de alta resistência). Deve permitir boa visibilidade e resistência a impactos.</p> <p>Altura do Aro: 3,05 m medidos do piso até o bordo superior do aro. Medida oficial da FIBA e CBB.</p> <p>Diâmetro Interno do Aro: 45 cm (450 mm). Tolerância máxima de ± 2 mm.</p> <p>Material do Aro: Aço maciço, com acabamento em pintura eletrostática anticorrosiva. Cor laranja padrão FIBA.</p> <p>Sistema do Aro: Tipo basculante ou com mola de amortecimento de impacto (spring loaded). Deve reduzir risco de lesões em dunks.</p> <p>Rede do Aro: Nylon ou poliéster trançado, fixada por ganchos ou sistema antidesprendimento. Resistente à umidade e ao uso intenso.</p> <p>Estrutura de Suporte: Metálica, tubular ou em viga reforçada, projetada para uso esportivo. Capacidade de sustentação compatível com o painel e aro.</p> <p>Base de Apoio Móvel, com rodízios reforçados e sistema de travamento mecânico ou hidráulico. Garantir estabilidade durante o jogo.</p> <p>Sistema de Contrapeso: Deve conter contrapeso interno adequado à estabilidade durante uso. Dimensionado conforme normas FIBA para</p>



	<p>evitar tombamento.</p> <p>Proteções Laterais e Frontais Almofadadas, com espuma de alta densidade e revestimento em couro sintético ou PVC. Cor uniforme, resistente a rasgos, fácil de higienizar.</p> <p>Mobilidade: Deve possuir rodízios de alta resistência com sistema de travamento. Permitir fácil deslocamento e fixação segura em quadra.</p> <p>Ajuste de Nível: Deve permitir nivelamento em pisos irregulares. Sistema de regulação manual ou automático.</p> <p>Acabamento: Pintura eletrostática ou galvanizada, resistente à corrosão e maresia. Evitar oxidação e desgaste.</p> <p>Montagem/Desmontagem: Sistema modular, permitindo montagem e desmontagem sem solda. Facilitar transporte e armazenamento.</p> <p>Garantia: Mínimo 12 (doze) meses. Inclui peças, suporte técnico e assistência pós-venda.</p> <p>Documentação Técnica: Manual técnico completo em português; Certificado de conformidade com as normas das respectivas confederações; ART ou RRT do responsável técnico pela instalação. Entrega obrigatória junto com o equipamento.</p>
--	---

5. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea ‘d’ da Lei nº 14.133/21)

5.1.A CONTRATANTE deverá cumprir as orientações da CBE - Confederação Brasileira de Esporte;

5.2. A CONTRATANTE deverá comprovar que a Tabela Móvel de Basquete cumpre os padrões da FIBA (UNE EN 1270);

5.3. A CONTRATANTE deverá cumprir as orientações da Instrução Normativa nº 1/2010, do Ministério de Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPDG), referente aos critérios de Sustentabilidade Ambiental, em seu artigo 6º, no que couber.



5.4. A CONTRATADA deverá cumprir as orientações da Instrução Normativa/SLTI-MP, referente aos critérios de Sustentabilidade Ambiental, em seus artigos que couber.

5.5. Trata-se de contratação de serviço comum e bens comuns, conforme Decreto Municipal nº 7.074, de 30 de março de 2023, que regulamenta o disposto no art. 20 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

5.6. Lei Municipal nº 3.022/2019, que regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito municipal.

5.7. Instrução Normativa SECAD/CF nº 01/2023, que dispõe sobre as formas e critérios a serem adotados no âmbito da Administração Pública Direta Municipal para abertura dos processos de Aquisição de Bens ou Serviços e revoga a Instrução Normativa Conjunta nº 01 de 18 de julho de 2022.

6. DO MEMORIAL DESCRITIVO:

6.1 Conforme item 4 e Anexo A deste Termo de Referência.

7. DA PESQUISA DE PREÇOS

7.1. Deverá ser realizada pesquisa completa conforme Instrução Normativa da CGM nº 10 de 15 de junho de 2022, pelo órgão responsável na realização das aquisições – COGEINST, leia-se em substituição, ADCL – Secretaria-Adjunta de Compras e Licitações.

7.2. Os valores encontrados serão referentes à MEDIANA dos preços obtidos por meio de pesquisa de mercado, segundo detalhamento no “Relatório de Preços Global” e na “Pesquisa de Mercado”, seguindo os seguintes parâmetros quando possíveis:

7.3. A pesquisa de preços ser realizada de acordo com o disposto da Instrução Normativa da CGM nº 10 de 15 de junho de 2022, que dispõe sobre procedimentos administrativos básicos para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral utilizando os seguintes parâmetros:



7.3.1. Cotações do Painel de Preços, firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório; (Inc. I, art. 5º, IN CGM 10/2022)

7.3.2. Contratações similares de outros entes públicos por meio dos sítios eletrônicos especializados. (Inc. II, art. 5º, IN CGM 10/2022);

7.3.3. Sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo (Inc. III, art. 5º, IN CGM 10/2022);

7.3.4. Cotação direta (Inc. IV, Art. 5º, IN. CGM 10/2022); 5.2.5. Notas Fiscais (Inc. V, Art. 5º, IN. CGM 10/2022).

8. DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DE PROPOSTA E SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

8.1. A proposta da CONTRATADA deverá atender integralmente as especificações contidas neste Termo de Referência.

8.2. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma de ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **menor preço global**.

8.3 Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União;
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria- Geral da União.

8.4.A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.5.Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por



parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.6. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.7. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.8. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.9. É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.10. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.11. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.12. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.13. DO TRATAMENTO DIFERENCIADO E BENEFÍCIOS ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

8.13.1. Em atendimento ao disposto nos arts. 44 a 49 da **Lei Complementar nº 123/2006**, no **Decreto Federal nº 8.538/2015**, e no art. 4º, §1º, da **Lei nº 14.133/2021**, será assegurado às **Microempresas (ME)** e **Empresas de Pequeno Porte (EPP)** o tratamento jurídico diferenciado e favorecido, observadas as condições abaixo estabelecidas.

A) Participação:

As ME e EPP poderão participar do certame em igualdade de condições com as demais licitantes, sendo vedada qualquer restrição quanto à sua participação.



B) Regularização Fiscal Posterior:

Será assegurado às ME e EPP o direito de regularização fiscal posterior à fase de habilitação, no prazo de **cinco (5) dias úteis**, prorrogável por igual período, contado a partir do momento em que forem declaradas vencedoras do certame, conforme o art. 43, §§1º e 2º, da LC nº 123/2006.

C) Critério de Desempate (Empate Ficto):

Em caso de empate na forma do art. 44 da LC nº 123/2006, as ME e EPP terão a oportunidade de apresentar **nova proposta de preço inferior** àquela considerada vencedora, observando o percentual de até **10% (dez por cento)** superior à melhor proposta válida apresentada por empresa de maior porte.

D) Comprovação da Condição de ME/EPP:

Os benefícios previstos nesta seção somente serão aplicáveis às licitantes que **comprovarem sua condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte** no momento da apresentação da proposta, mediante documentação comprobatória emitida por órgão competente.

E) Inaplicabilidade de Exclusividade:

Considerando que o **valor global estimado** do objeto supera R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) por lote, **não será aplicada a exclusividade de participação restrita** a ME e EPP, conforme o art. 48, inciso I, da LC nº 123/2006.

F) Aplicação Suplementar:

Naquilo que não contrariar as disposições acima, aplicam-se subsidiariamente as normas da LC nº 123/2006, da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Federal nº 8.538/2015.

9. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA:

9.1.Cédula de Identidade do responsável Legal.

9.2.Conforme o tipo societário serão exigidos os itens na seguinte forma:



9.2.1. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; ou

9.2.2. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>; ou **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores; ou

9.2.3. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

9.2.4. Decreto de autorização, em se tratando de **empresa ou sociedades estrangeiras em funcionamento no País**, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

9.2.5. Prova de registro, arquivamento ou inscrição na Junta Comercial, no Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou em repartições competentes, do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, bem como da ata de eleição do termo de investidura dos representantes legais da pessoa jurídica.

9.2.6. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

10. HABILITAÇÕES FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

10.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

10.2. Prova de regularidade fiscal perante a **Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;



10.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.3.1. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

10.4. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.4.1.1. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n.123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal;

10.5. Certidão de Regularidade da **Fazenda Municipal**, da sede do proponente;

10.6. Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual ou Distrital** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

10.6.1.1. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

11. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

11.1. Certidão Negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física. Se o licitante **não for sediado na Comarca de Cabo Frio**, as certidões deverão vir acompanhadas de declaração oficial da autoridade judiciária competente, relacionando os distribuidores que, na Comarca de sua sede, tenham atribuição para expedir certidões negativas de falências e recuperação judicial.

11.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais.



12. DAS DECLARAÇÕES:

12.1. Declaração de que não emprega cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de servidores do Município de Cabo Frio-RJ, em cumprimento aos requisitos **do artigo 9º, §1º, da Lei nº 14.133/21**.

12.2. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do **artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal**.

12.3. Declaração de Cumprimento de Reserva de Cargos, na forma do **artigo 63, IV, da Lei nº 14.133/21**.

12.4. Não serão aceitos como documentação hábil a suprir exigências deste Termo de Referência pedidos de inscrição, protocolos, cartas ou qualquer outro documento que visem a substituir os exigidos, exceto nos casos admitidos pela legislação.

12.5. Atestado de visita técnica ou Declaração de Pleno Conhecimento das Condições Locais (assumindo os ônus decorrentes da ausência de vistoria no local).

13. DA VISITA TÉCNICA

13.1. Objetivo da visita técnica: A visita técnica tem por finalidade possibilitar aos licitantes o conhecimento pleno das condições locais do Ginásio Poliesportivo Alfredo Barreto, especialmente quanto à análise e observância dos pontos elétricos, estruturais e de conexão, onde serão instalados os equipamentos, objeto desta contratação.

13.2. Agendamento e prazos: A visita técnica deverá ser previamente agendada junto à Secretaria da Cidade por meio do e-mail institucional *secretariadacidade@cabofrio.rj.gov.br*, informando o nome da empresa, o responsável técnico e o número do edital.

13.3. As visitas poderão ser realizadas em dias úteis (de segunda a sexta-feira), no horário compreendido entre 9h e 17h, mediante confirmação prévia do agendamento.

13.4. A Administração Municipal poderá, a seu critério, designar servidor para acompanhar o representante da empresa durante a vistoria.

13.5. Comprovação da visita técnica: Após a realização da visita, será emitido um Atestado de Vistoria Técnica, que deverá ser apresentado pela licitante no momento oportuno do certame, conforme previsto no edital.

13.6. Alternativa à visita técnica presencial: Fica facultado ao licitante substituir o



Atestado de Vistoria Técnica por uma Declaração de Pleno Conhecimento das Condições Locais, na qual deverá constar expressamente que:

“A empresa declara, sob as penas da lei, ter pleno conhecimento das condições e características do local de execução dos serviços, responsabilizando-se integralmente por eventuais omissões, dificuldades de acesso, dimensionamento técnico, infraestrutura elétrica e quaisquer outros aspectos que possam interferir na perfeita execução contratual.”

13.7. Essa declaração deverá ser firmada por representante legal da empresa e anexada à documentação de habilitação, assumindo a licitante todos os ônus decorrentes da não realização da visita presencial.

13.8. A ausência de vistoria técnica presencial ou a não apresentação da declaração substitutiva implicará na inabilitação da proposta, por descumprimento das condições editalícias.

13.9. Recomenda-se aos licitantes que efetuem o levantamento detalhado das condições elétricas, estruturais e de segurança do ginásio, de modo a garantir que o sistema de comunicação visual eletrônica a ser instalado esteja plenamente compatível com o ambiente existente e em conformidade com as normas técnicas aplicáveis.

13.10. Este procedimento encontra respaldo nos artigos 17 e 6º, inciso XXXIV da Lei nº 14.133/2021, que tratam do planejamento e da exigência de condições prévias à execução contratual, bem como nos princípios da eficiência, economicidade e segurança jurídica, assegurando transparência e equidade no certame.

14. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

14.1. Apresentar atestado de capacidade técnica, em nome da licitante, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, devendo comprovar aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com as características, quantidades e prazos do objeto licitado, ou com o item pertinente, onde se atesta que a empresa executou, de forma satisfatória, fornecimento de natureza semelhante, com complexidade operacional ao objeto desta licitação, bem como condizente;

14.2. Certificado de conformidade com as normas das respectivas:

14.3. ART ou RRT do responsável técnico pela instalação.

14.3.1. Justificativa:



Por se tratar de entrega e instalação a referida exigência não restringe a competitividade, pois, a instalação de sistemas elétricos, estruturas metálicas ou equipamentos esportivos exige responsabilidade técnica.

15.

Art. 7º, §1º e art. 91 da **Lei 14.133/21**; **Lei 6.496/77** (ART/RRT obrigatória para execução técnica).

14.4. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

14.5. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, disponibilizando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, reservando-se a SECID de promover diligências para os esclarecimentos que julgar pertinente.

14.6. O(s) atestado(s) apresentado pela licitante para comprovação de sua qualificação técnica, além de possuir informações técnicas e operacionais suficientes para qualificar o escopo realizado, deverá conter dados que possibilitem o CONTRATANTE, caso julgue necessário, confirmar sua veracidade junto ao cedente emissor.

15. DO MODELO DE EXECUÇÃO E ENTREGA DO OBJETO (art. 6º, XXIII, alínea “f” da Lei nº 14.133/21)

15.1 A entrega deverá ocorrer de forma integral, em parcela única.

15.2 A entrega do objeto (com instalação) deverá ser realizada em até 15 (quinze) dias úteis, a partir da assinatura do contrato, ou emissão de nota de empenho.

15.2.1 A CONTRATADA será responsável pela completa instalação, montagem, fixação, calibração e testes de todos os equipamentos no local indicado pela CONTRATANTE, deixando-os em perfeito estado de funcionamento. A CONTRATADA também deverá prover treinamento operacional para, no mínimo, 03 (três) servidores indicados pela CONTRATANTE.



15.3 A ordem de fornecimento será solicitada pelo responsável devidamente nomeado pela CONTRATANTE.

15.4 Os produtos deverão ser entregues e instalados, conforme as necessidades da Secretaria da Cidade, no endereço **Av. Henrique Terra – Portinho – Cabo Frio/RJ**, nos horários de 09h às 16h, sempre acompanhada no ato da entrega pelo servidor designado, sob atestado técnico emitido por funcionário qualificado da Secretaria Municipal da Cidade.

15.5 Os itens contratados deverão ser entregues livre de vícios que prejudiquem o seu uso ou eficácia;

15.6 A entrega somente será feita mediante requisição da CONTRATANTE, por e-mail ou outro meio que se julgar apto.

15.7 O recebimento será formalizado mediante recibo expedido pela **SECID**, devidamente assinada pelo fiscal do contrato, ou outra pessoa designada pelo setor competente;

15.8 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

15.9 A garantia dos produtos deverá ser de, no mínimo, 12 (doze) meses.

15.10 A garantia do produto no prazo mínimo estipulado no item anterior não desonera a CONTRATADA de cumprir as obrigações previstas no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), bem como dos demais encargos previstos neste instrumento.

15.11 O(s) produto(s) fornecido(s) será(ão) devolvido(s) em sua totalidade quando:

15.11.1 A nota fiscal apresentar rasura e não for acompanhada de errata;

15.11.2 Estiver em desacordo com as especificações aqui constantes, exceto se o bem fornecido for de qualidade comprovadamente superior;

15.11.3 For fornecido com algum dano.

16. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DO PAGAMENTO (art. 6º, XXIII, alínea “g” da Lei nº 14.133/21)

16.1. O PAGAMENTO será efetuado pela CONTRATANTE NO PRAZO DE ATÉ 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura em parcela única.



16.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do item ou serviço, conforme este Termo de Referência;

16.3. A forma de pagamento será por meio de ordem para depósito em conta corrente da CONTRATADA informado na nota fiscal/fatura, após a apresentação dos seguintes documentos:

16.3.1 Nota Fiscal/Fatura discriminativa, em 02(duas) vias, devidamente atestada, pelo setor competente, de que os itens foram entregues em definitivo;

16.3.2 Documentos de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista.

16.4 O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente na Nota Fiscal apresentada.

16.5 O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

16.5.1 O prazo de validade;

16.5.2 A data da emissão;

16.5.3 Os dados do contrato e do órgão contratante;

16.5.4 O período de prestação dos serviços;

16.5.5 O valor a pagar; e

16.5.6 Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

16.6 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

16.7 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.



16.8 É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

16.9 A CONTRATADA deverá, durante a vigência do Contrato, manter todas as condições de habilitação exigidas na Lei 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 7.074/2023.

17. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO, RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO (art. 6º, XXIII, alínea “e” da Lei Federal nº 14.133/21)

17.1 O objeto deverá ser executado em conformidade ao estabelecido no item “15. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO”;

17.2 O contrato deverá ser assinado após a emissão da Nota de Empenho.

17.3 A CONTRATADA deverá ser disponibilizado canal de contato, pelo tempo em que durar a vigência do contrato, seja através de número telefônico e/ou e-mail e/ou outro meio de comunicação, conforme acordado entre CONTRATADA e representante (s) da Administração indicado.

17.4 O objeto deverá ser entregue rigorosamente segundo as especificações, e tipos indicados na respectiva proposta, salvo fato superveniente acatado pela Administração;

17.5 A CONTRATADA deverá notificar à CONTRATANTE, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços.

17.6 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

17.7 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

17.8 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.



17.9 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

17.10 A entrega do objeto deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, conforme art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021.

17.11 O recebimento do objeto será realizado de acordo com o art. 140, I, a, da Lei Federal nº 14.133/2021.

17.12 Os itens serão recebidos provisoriamente no prazo de até 10 (dez) dias, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato ou da entrega do objeto, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na Proposta.

17.13. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência na proposta e na ordem de fornecimento aprovada, devendo ser substituídos no prazo de até **10 (dez) dias**, a contar da notificação da CONTRATADA, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

17.14. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de **20 (vinte) dias**, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

17.15. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

17.16. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

17.17. A Contratada, quando não puder cumprir os prazos estipulados para a entrega do objeto licitado deverá apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes; e de impedimento de sua execução, por fato ou ato de terceiros, reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência.

17.18. A empresa deverá cumprir na íntegra as especificações constantes no Termo de Referência bem como proposta anexada aos autos e cumprindo o prazo estabelecido, devendo



garantir a entrega do objeto, com a qualidade técnica exigida para o caso em apreço.

17.19. No ato da entrega do objeto, a proponente deverá emitir Nota Fiscal correspondente ao material solicitado, encaminhando-a posteriormente à Secretaria responsável para conferência e assinatura do responsável.

17.20. Toda logística para a entrega e eventual substituição dos materiais que integram o objeto da contratação no endereço informado, ficará integralmente por conta da CONTRATADA.

17.21. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

17.22. A ENTREGA E INSTALAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS deverá observar os princípios da **eficiência, durabilidade, segurança, acessibilidade e estética urbana**, considerando as normas de segurança aplicáveis ao objeto.

17.23. A definição do horário da entrega do objeto bem como as capacitações deverão ser previamente agendados com o representante da administração designado para gestão e fiscalização do contrato.

17.24. Nos casos de recusa dos serviços que não atendam às especificações, a contratada terá que providenciar a sua substituição em até 72 (setenta e duas) horas, contados a partir da comunicação escrita, feita pelo fiscal do contrato, sob pena de ser considerada em atraso quanto à obrigação contratual.

17.25. O gestor de contrato é responsável por deflagrar os procedimentos de fiscalização ao adimplemento do objeto contratado, a serem executados pelo fiscal de contrato.

17.26. O gestor de contrato irá realizar o acompanhamento e a guarda do Registro de Ocorrências elaborado pelo fiscal de contrato e será responsável por comunicar a autoridade competente as irregularidades cometidas pela contratada, sugerindo, quando for o caso, a imposição de sanções contratuais e/ou administrativas.

17.27. O gestor de contrato deverá resolver todo e qualquer casos singular, omissos ou duvidosos não previsto no processo administrativo e tudo o mais que se relacione com o objeto contratado.

17.28. O gestor de contrato deverá notificar a contratada, estabelecendo prazo para o fiel cumprimento das obrigações contratuais ou para que dê início à correção dos defeitos ou



desconformidades com o objeto da contratação, constatados durante a sua execução ou após o recebimento provisório, bem como informar à autoridade competente as ocorrências que possam gerar dificuldades à conclusão do objeto.

17.29. O gestor de contrato deverá enviar a documentação pertinente para formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento.

17.30. **O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses**, contados da assinatura do contrato, prorrogável na forma dos artigos 105 ao 114 da Lei nº 14.133, de 2021, no que couber.

18. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

18.1 Nos termos do art. 117 da Lei Federal nº14123/2021 será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos itens adquiridos anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

18.2 O fiscal de contrato será **MÁRCIO ALEXANDRE LIMA VASCONCELOS**, matrícula 250411010, que será formalmente designado pelo **ÓRGÃO CONTRATANTE**, sendo substituído, em caso de ausência ou impedimento, por outro servidor.

18.3 O fiscal de contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

18.4 O fiscal do contrato é responsável de informar a seus superiores, em tempo hábil para adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

18.5 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA** pelos danos causados diretamente à Administração ou terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo **CONTRATANTE**.



18.6 O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem os vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.

18.7 A contratada deverá aceitar, antecipadamente, todos os métodos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela gestão e fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações necessárias ao desenvolvimento de suas atividades.

18.8 A existência e a atuação da gestão e da fiscalização em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da contratada, no que concerne ao objeto da contratação, às implicações próximas e remotas perante o ÓRGÃO CONTRATANTE ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de irregularidades decorrentes da execução contratual não implicará corresponsabilidade do ÓRGÃO CONTRATANTE ou de seus prepostos, devendo, ainda, a contratada, sem prejuízo das penalidades previstas, proceder ao ressarcimento imediato ao ÓRGÃO CONTRATANTE dos prejuízos apurados e imputados a falhas em suas atividades.

19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

19.1. São obrigações da Contratante:

19.1.1 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

19.1.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

19.1.3 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

19.1.4 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

19.1.5 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.

19.2 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Termo de Contrato ou



instrumento equivalente, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

20. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

20.1 A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

20.1.1 Executar os serviços conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal.

20.1.2 Prestar os serviços conforme especificações e preço final proposto;

20.1.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto;

20.1.4 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte e no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

20.1.5 Ressarcir os eventuais prejuízos causados à SECID e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas;

20.1.6 Apresentar, sempre que solicitado pelo gestor do contrato, no prazo concedido no pedido, documentação referente às condições exigidas na licitação;

20.1.7 Participar imediatamente, por intermédio do Gestor do contrato, toda e qualquer irregularidade ou dificuldade que inviabilize a execução deste Instrumento;

20.1.8 Manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 7.074/2023;

20.1.9 Participar ao Gestor do Contrato, por escrito, no prazo de 2 (dois) dias úteis, quaisquer alterações ocorridas em seus dados cadastrais, durante o prazo de vigência do Contrato, apresentando a documentação pertinente;

20.1.10 Efetuar o pagamento da multa prevista neste Termo de Referência que lhe seja aplicada por descumprimento de obrigações assumidas.



20.1.11 Indicar preposto para representa-la durante a execução do contrato.

20.1.12 Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

20.1.13 Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

20.1.14 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

20.1.15 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 7.074/2023;

20.1.16 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

21. DAS VEDAÇÕES À CONTRATADA

21.1 São expressamente vedadas à Contratada:

20.1.1 A contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal da Contratante, durante a vigência do contrato;

21.1.2 A veiculação de publicidade acerca do contrato, salvo se houver prévia autorização da Contratante;

21.1.3 A subcontratação de outra empresa para a execução total ou parcial do objeto do contrato.

21.1.4 Caucionar ou utilizar o contrato para qualquer operação financeira;

21.1.5 Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.



22. DA SUBCONTRATAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO

22.1. Não será admitida a subcontratação, sub-rogação, cessão ou transferência no todo ou em parte do objeto.

22.2. O objeto da licitação não demanda alta especialização técnica ou complexidade. Assim sendo, não é permitida a participação de consórcios, com base na análise de que a participação isolada de empresas é suficiente para atender a singularidade do objeto licitado.

23. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

23.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

24. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

24.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133, de 2021 a Contratada que:

24.1.1 Dar causa à inexecução parcial do contrato;

24.1.2 Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

24.1.3 Dar causa à inexecução total do contrato;

24.1.4 Deixar de entregar a documentação exigida para certame;

24.1.5 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

24.1.6 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

24.1.7 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

24.1.8 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;



24.1.9 Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

24.1.10 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

24.1.11 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

24.1.12 Praticar ato lesivo previsto no art.5º da Lei nº12.846, de 1º de agosto de 2013.

24.2 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas prevista na Lei Federal nº 14.133/2021 as seguintes sanções:

I – Advertência;

II – Multa;

III – Impedimento de Licitar e Contratar;

IV – Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar.

24.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

I – A natureza e a gravidade da infração cometida;

II – As peculiaridades do caso concreto;

III – As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV – Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V – A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme as normas e orientações dos órgãos de controle.

24.4 Sanção de advertência será aplicada exclusivamente quando a CONTRATADA dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar pena mais grave.

24.5 A sanção de multa será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no artigo 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, que deverá ser calculada na forma do edital ou do contrato, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

24.6 Será aplicado a sanção de impedimento de licitar e contratar por até 03 (três) anos no ente federativo ao responsável que cometer as infrações administrativas previstas nos incisos II, III,



IV, V, VI e VII do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021 quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

24.7 Será aplicado a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar de 03 (três) até 06 (seis) anos em todos os entes federativos ao responsável que cometer as infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidades mais grave.

24.8 A sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021 será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

24.8.1 quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;

24.8.2 quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no subitem 20.8.1, na forma do regulamento.

24.9 As sanções de advertência, impedimento e declaração de inidoneidade de licitar e contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção de multa.

24.10 Em casos em que a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

24.11 A aplicação das sanções administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

24.12 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

24.13 A aplicação das sanções de impedimento e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por



comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

24.14 Os atos previstos como infrações administrativas na Nova Lei de Licitações ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

24.15 A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

25. DAS GARANTIAS

25.1. **GARANTIA DA PROPOSTA:** A finalidade da garantia de proposta, ou da caução de participação, é assegurar que os licitantes garantam suas propostas de preços durante o procedimento licitatório, evitando a recusa injustificada em assinar a Ata de Registro de Preços ou contrato administrativo ou o recebimento da nota de empenho ou que deixe de apresentar os documentos necessários para formalização da contratação e afastar licitantes despreparados, aventureiros e descompromissados. Estas medidas visam preservar a integridade do processo licitatório e garantir a seriedade e o comprometimento dos licitantes, contribuindo para uma concorrência justa e isonômica.

25.2. Será exigida a garantia da proposta de que tratam o art. 58 da Lei nº 14.133, de 2021:

Art. 58. Poderá ser exigida, no momento da apresentação da proposta, a comprovação do recolhimento de quantia a título de garantia de proposta, como requisito de pré-habilitação.



§ 1º A garantia de proposta não poderá ser superior a 1% (um por cento) do valor estimado para a contratação.

§ 2º A garantia de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação.

§ 3º Implicará execução do valor integral da garantia de proposta a recusa em assinar o contrato ou a não apresentação dos documentos para a contratação.

§ 4º A garantia de proposta poderá ser prestada nas modalidades de que trata o § 1º do art. 96 desta Lei.

25.3. Prestação de garantia de proposta no **VALOR CORRESPONDENTE A 1% DO VALOR ESTIMADO**, art. 58 da Lei nº 14.133/2021, devendo ser apresentada em uma das modalidades previstas no o art.96 § 1º da Lei n.º 14.133/21:

- I. Caução em dinheiro;
- II. Seguro-garantia;
- III. Fiança bancária.

25.4.A empresa licitante no ato do cadastramento de sua Proposta de Preço, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, deverá inserir a GARANTIA DE PROPOSTA junto dos documentos de habilitação para o presente objeto, conforme prevê art. 58 da Lei nº 14.133/2021 que estabelece nas licitações que envolvem o fornecimento de bens ou serviços, a possibilidade de exigência da garantia de proposta, que visa assegurar a manutenção das condições oferecidas pela licitante, protegendo a Administração Pública contra desistências e descumprimentos da proposta.

25.5. O(s) LICITANTE(s) que não apresentar(em) a GARANTIA DE PROPOSTA nas condições estabelecidas no instrumento convocatório será(ão) inabilitado(s) e estará(ão) impedido(s) de prosseguir na licitação.

25.6. A garantia não poderá ter validade inferior a 90 (noventa) dias da abertura do certame;

25.7.A Garantia será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação.



25.8. **GARANTIA CONTRATUAL:** A Administração, no exercício do princípio do planejamento e da proporcionalidade, avaliou a natureza do objeto — serviços de engenharia classificados como comuns — e concluiu pela não necessidade de exigir garantia contratual da futura contratada.

25.9. Os serviços previstos possuem baixo grau de complexidade técnica, execução padronizada e amplamente difundida no mercado, não se caracterizando como obra, serviço de engenharia de grande vulto, de alta especialização, ou que envolva riscos consideráveis à Administração. Dessa forma, a exigência de garantia não se mostra indispensável ao atendimento do interesse público.

25.10. A exigência de garantia contratual deve ser sempre motivada, avaliando-se se o risco de inadimplemento justificaria sua imposição. Nesse caso, a análise empreendida pela área técnica e pela unidade demandante concluiu que o objeto:

- apresenta risco operacional reduzido;
- possui execução por etapas acompanháveis pelo fiscal do contrato;
- permite substituição da contratada, caso necessário, com baixa repercussão financeira e operacional;
- possui remuneração mensal, o que reduz o risco de prejuízo acumulado;
- não envolve bens de alto valor a serem fornecidos e que demandariam proteção patrimonial adicional.

25.11. Assim, a exigência de garantia se mostraria medida desproporcional, podendo inclusive onerar excessivamente os licitantes, reduzindo a competitividade e elevando o preço final ofertado, o que contraria o interesse público.

B.1) Fundamentação Jurídica – Lei nº 14.133/2021

A Lei nº 14.133/2021, em seu art. 96, dispõe que a Administração poderá exigir garantia nas contratações, utilizando o verbo *poder*, deixando claro tratar-se de faculdade, e não obrigação:

“Art. 96. Nas contratações de obras, serviços e fornecimentos, a Administração poderá exigir do contratado a prestação de garantia nas modalidades (...)”

Ou seja, a exigência é opcional e deve ser motivada.



O §1º do mesmo artigo reforça a necessidade de avaliação prévia:

“§1º A garantia deverá constar do edital e do contrato, e não excederá cinco por cento do valor inicial do contrato, podendo ser majorada para até dez por cento em casos de grande vulto envolvendo alta complexidade técnica e riscos financeiros relevantes.”

Dessa forma, para contratos que não apresentam riscos relevantes — como ocorre com o objeto pretendido — a Administração tem plena legitimidade para não exigir garantia, desde que haja motivação, como ora se apresenta.

Ainda, o art. 5º, inciso LIV da Lei 14.133 exige que as exigências impostas pela Administração sigam os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, reforçando que obrigações excessivas não podem ser impostas sem justificativa técnica adequada.

Também o art. 11, §1º e o art. 147 reforçam que o processo licitatório deve buscar ampla competitividade e afastar exigências desnecessárias, o que torna a não exigência de garantia ainda mais adequada, sempre que o risco não justificar.

B.2) Análise de Risco e Adequação ao Objeto

Após análise do risco contratual, constatou-se que:

- as atividades são padronizadas, caracterizando-se como serviços comuns;
- o contrato não envolve obra, serviço especial, alta complexidade técnica, investimento público elevado, tampouco riscos agravados;
- o acompanhamento será contínuo por gestor e fiscal do contrato, garantindo correção tempestiva de eventuais falhas;
- eventuais irregularidades podem ser corrigidas por glosas, aplicação de sanções, retenções ou rescisão, tornando a garantia desnecessária.

Assim, concluiu-se que o risco de prejuízo ao erário é baixo, e que outras medidas de controle já previstas em lei são suficientes para assegurar o cumprimento contratual.

B.3) Conclusão



Diante da análise técnica, jurídica e da observância da proporcionalidade, a Administração decide pela não exigência de garantia contratual, fundamentada:

- na facultatividade prevista no art. 96 da Lei nº 14.133/2021;
- no caráter comum dos serviços;
- no baixo risco operacional;
- no custo desnecessário da garantia, que impactaria a competitividade e o preço final;
- na existência de mecanismos legais eficientes para assegurar o fiel cumprimento do contrato.

25.12. Assim, a não exigência de garantia atende ao interesse público, reduz custos, amplia a competitividade e mantém a segurança jurídica necessária ao contrato.

26. DA INVERSÃO DE FASES

26.1. A inversão de fases em licitações está justificada por razões de eficiência, transparência e competição.

A inversão de fases está no processo em comento justificada por:

- Aumentar a competição e o acesso da Administração aos melhores preços;
- Tornar o processo mais ágil e eficiente ;
- Priorizar a qualidade e a eficácia dos serviços a serem executados;
- Garantir a execução competente e responsável do objeto contratado.

26.2. É evidente que nos últimos tempos, diversas empresas sem expertise vem maculando os certames, baixando os preços de forma aleatória, e ainda sem capacidade técnica anterior, sem o conhecimento de mercado, o que acaba protelando os processos, resultando em desistências de lances habituais.

26.3. A inversão de fases é uma prática meramente procedimental, não criando ou inovando em aspectos materiais ou substanciais da habilitação dos licitantes. Não se ignoram as preocupações e ressalvas feitas por grandes doutrinadores do direito administrativo brasileiro acerca do tema, sobretudo quanto à possibilidade de influência da vantajosidade da proposta vencedora, das participações de fachada e de fraudes, como alerta Marçal Justen Filho em sua obra sobre a lei de licitações e contratações administrativas:



"[...] o risco de participantes ditos "de fachada", que não dispõem de condições mínimas para executar o objeto e que se aventuram no certame para criar dificuldades ou atuar concertadamente com outros licitantes. JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratações Administrativas: Lei 14.133/2021. São Paulo. Thomson Reuters Brasil, 2021. Pag. 773.

26.4.A administração não pode fugir do princípio básico que é a economicidade, porém não poderá fazê-la a qualquer modo, contratando com fornecedores sem conhecimento técnico e de mercado.

26.5. O artigo 17, §1º, da Lei 14.133/2021 estabelece que, no pregão, "A fase referida no inciso V do caput deste artigo poderá, mediante ato motivado com explicitação dos benefícios decorrentes, anteceder as fases referidas nos incisos III e IV do caput deste artigo, desde que expressamente previsto no edital de licitação".

26.6..Para a aplicação dessa regra, são necessários os seguintes requisitos legais:

a) Deliberação da Administração Pública: A adoção da inversão de fases deve ser uma decisão fundamentada pela autoridade competente, destacando-se a pertinência e a vantagem deste procedimento para o objeto específico da licitação.

b) Publicidade Adequada: O edital de licitação deve expressar claramente a adoção do procedimento de inversão de fases, garantindo que todos os licitantes estejam cientes dessa condição e possam preparar suas propostas e documentos de habilitação de acordo com esse formato.

c) Objetivo de Eficiência: A inversão de fases deve visar a maior eficiência do processo licitatório, permitindo a desclassificação antecipada de propostas que não atendam às exigências do edital, economizando tempo e recursos no processo de habilitação.

26.7.Vantagem da Adoção deste Mecanismo em um Pregão para contratação de empresa especializada na prestação de Aquisição e fornecimento de equipamentos de basquete, incluindo placar eletrônico principal, relógios de 24/14 segundos (shot clock) e par de tabelas de basquete móveis e transportáveis, em conformidade com os padrões técnicos da FIBA e da CBB: A adoção do procedimento de inversão de fases no pregão eletrônico para contratação do



referido objeto apresentam diversas vantagens, especialmente se considerarmos problemas anteriores em processos de licitação.

As principais vantagens são:

a) Agilidade Processual: Com a análise da documentação de habilitação antes da proposta, é possível eliminar rapidamente as empresas que não atendam ao escopo do Edital, ou, que estão no processo para agir no formato de licitantes coelhos. Assim, a etapa de propostas e lances será realizada apenas com os fornecedores que encontram-se regulares.

b) Redução de Custos Operacionais: A inversão de fases pode reduzir significativamente o tempo e os custos associados ao processo de licitação.

c) Aumento da Qualidade: Ao focar primeiramente na análise da habilitação das Empresas, a administração pode assegurar que apenas fornecedores que realmente atendam às exigências técnicas e de qualidade para prestação dos serviços pretendidos, sejam considerados, aumentando assim a qualidade do serviço contratado.

d) Resposta a Problemas Anteriores: Se em processos anteriores por vezes ocorrem problemas como a qualificação de licitantes que não cumpriram adequadamente com os requisitos técnicos ou financeiros, ou porventura solicitaram desistência do lance, a inversão de fases permite um filtro mais eficaz e precoce, evitando a contratação de serviços insatisfatórios, bem como a prolongação do certame o que demanda atraso na implantação das ações do governo.

e) Disputa Justa: Durante a fase de lances os participantes não são identificados, isto é, podem concorrer empresas que estarão inabilitadas ou inaptas à sua participação, após a habilitação somente as participantes realmente responsáveis irão participar da disputa por lances, ainda sem serem identificadas trazendo mais transparência e ainda assim não ferindo o princípio da economicidade.

26.8. Em resumo, a inversão das fases de habilitação e apresentação de propostas promove maior eficiência, transparência, segurança jurídica e qualidade nos processos licitatórios, além de contribuir para a economia de tempo e recursos.

26.9. Sendo assim indicamos pela adoção da inversão de fases.



27. DO REAJUSTE

27.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

27.1.1 Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de 1 (um) ano, aplicando-se o índice IPCA-E exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

27.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

27.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

27.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

27.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

27.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

27.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

28. DOS CASOS OMISSOS

28.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas estabelecidas na Lei n. 13.979/2020, na Lei nº 14.133, de 21 de abril de 2021, e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.



29. DA DECLARAÇÃO LEI Nº 101/2000 ART. 16 e 17:

29.1. Declaração que a despesa preenche os requisitos exigidos pela Lei Complementar nº 101/2000 e 04 de maio de 2000, especialmente quanto às normas dos artigos 16 e 17.

30. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, XXIII, alínea “j” da Lei nº 14.133/21)

30.1. Indicação Orçamentária para a despesa, nos termos do item 397 do PCA:

Órgão: 02 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CABO FRIO

Unidade Orçamentária: 028 - SECRETARIA MUNICIPAL DA CIDADE

Subunidade Orçamentária: 001 - SEC MUNICIPAL DA CIDADE

Rubrica: OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Programa de trabalho: 27.812.0013.2041

Elemento de despesas: 4.4.90.52.00.00

Fonte: 1705

31. DAS ALTERAÇÕES

31.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

32. DISPOSIÇÕES GERAIS

32.1. À contratação relativa ao presente Termo de Referência aplicam-se ainda as seguintes disposições:

32.1.1. A CONTRATADA reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 138, §2º da Lei nº 14.133/2021;

32.1.2. As partes ficam vinculadas aos termos deste Termo de Referência, seus eventuais anexos e à proposta da CONTRATADA;



32.1.3. A CONTRATADA deve manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 7.074/2023.

33. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, XXIII, alínea “h” da Lei nº 14.133/21) REGIME DE EXECUÇÃO

() Empreitada (x) Preço Global () Preço Unitário

ADJUDICAÇÃO DO OBJETO (x) Global () Por Lote () Por Item

Critérios de Seleção Modalidade de Licitação:

Pregão eletrônico – Menor Preço Global

34. CONTROLE DE ELABORAÇÃO E REVISÃO

SOLICITANTE	FUNÇÃO	MAT/PORT.	RUBRICA
Miguel Fornaciari Alencar	Secretário da Cidade	251701002	
ELABORADOR	FUNÇÃO	MAT/PORT.	RUBRICA
Ivan Cruz Vasconcellos Neto	Supervisor / Engenheiro	250401743	
REVISORES	FUNÇÃO	MAT/PORT.	RUBRICA
Dhanyelle Garcia Gomes	Secretária Adjunta de Desenvolvimento Urbano	579/2025	
Kleber da Costa Veríssimo	Comissão Técnica de Apoio Esportivo da SELAZ (Portaria 002/2025)	PORT. 2718/2025 – CREF/RJ: 01/002.095-G/RJ	
Bianca Moreira dos Santos	Superintendente de Contratos e Licitações	9757485	

35. DA APROVAÇÃO



APROVO o presente Termo de Referência e **AUTORIZO** a abertura da contratação, através de dispensa de licitação pelos motivos já justificados, para a contratação do objeto requisitado, por constituir uma demanda da Secretaria Municipal da Cidade e dada a legalidade do processo, conforme legislação vigente, bem como por ter cumprido os princípios da Administração Pública.

Secretário Municipal da Cidade	Portaria/matricula	Rubrica
<i>Miguel Fornaciari Alencar</i>	<i>251701002</i>	

Cabo Frio, 12 de novembro de 2025

36. DOS ANEXOS

A- Memorial descritivo, com quantitativo do objeto e Especificação Técnica e;

B- Classificação de Bens (Portaria nº 448, de 13 de setembro de 2002).



ANEXO A

MEMORIAL DESCRITIVO, COM QUANTITATIVO DO OBJETO

Item	OBJETO	UND	QTD
01	Placar Eletrônico Principal	UND	02
02	Relógios de 24/14 Segundos (Shot Clock)	UND	02
03	Tabela de Basquete Oficial	UND	02

Tabela de Especificações Técnicas

Item 01: PLACAR ELETRÔNICO PRINCIPAL

Item	Especificação Técnica Mínima	Observações
Dimensões externas	Altura: 1,5 a 2,5 m Largura: 2 a 4 m Profundidade: 0,2 a 0,5 m	Permitir variações de tamanho desde que visibilidade seja garantida para todo o ginásio.
Altura mínima dos dígitos	Pontuação: ≥ 30 cm Tempo de jogo: ≥ 20 cm Contador de 24/14 seg: 12–15 cm	Contraste e cores devem facilitar leitura Ângulo de visão mínimo de 160°; Distância de leitura superior a 80 metros.
Informações exibidas	<ul style="list-style-type: none">- Pontuação das equipes- Cronômetro do tempo de jogo- Período do jogo- Faltas acumuladas por equipe- Contador de 24/14 segundos- Indicadores de posse de bola	Todas as informações devem ser visíveis simultaneamente.
Controle	Controle remoto com sistema de operação segura	Deve permitir operação por equipe autorizada, com sinais claros de funcionamento.
Integração	Compatível com relógio shot	Permitir sincronização



Item	Especificação Técnica Mínima	Observações
	clock de 24/14 segundos	automática ou manual com outros equipamentos de cronometragem.
Visibilidade e contraste	Números claros, legíveis, com fundo contrastante	Seguir padrão de fácil leitura para público, árbitros e jogadores.
Durabilidade e instalação	Estrutura resistente a impactos e uso constante, instalação em parede ou suspensão conforme projeto	Deve permitir manutenção e ajustes sem comprometer segurança.
Garantia	Mínimo 12 meses	Incluir assistência técnica e peças de reposição.
Documentação	Manual técnico completo em português; Certificado de conformidade com as normas das respectivas confederações; ART ou RRT do responsável técnico pela instalação.	Garantir rastreabilidade e conformidade com padrões oficiais.

ITEM 02: RELÓGIO DE 24/14 SEGUNDOS (SHOT CLOCK)

Item	Especificação Técnica Mínima	Observações
Dimensões externas	Altura: 0,4–0,8 m Largura: 0,6–1,0 m Profundidade: 0,15–0,3 m	Visibilidade adequada
Altura mínima dos	12–15 cm	Contraste adequado para



Item	Especificação Técnica Mínima	Observações
dígitos		leitura à distância ≥ 20 m
Exibição	Contador regressivo 24/14 seg	Reset automático ou manual
Controle	Remoto	Operação simples e segura
Integração	Compatível com placar principal	Sincronização automática
Durabilidade	Estrutura resistente e fixável ou móvel	Proteção contra impactos
Garantia	Mínimo 12 meses	Inclui peças e suporte técnico
Documentação	Manual técnico completo em português; Certificado de conformidade com as normas das respectivas confederações; ART ou RRT do responsável técnico pela instalação.	Rastreabilidade e conformidade

ITEM 03: TABELA DE BASQUETE

Tabela completa e detalhada de especificações técnicas exclusivamente para o item **Par de Tabelas de Basquete Oficiais – Móveis e Transportáveis**, no mesmo formato técnico e neutro usado para o Termo de Referência, compatível com normas **FIBA** e **CBB**.

**Par de Tabelas de Basquete Oficiais – Móveis e Transportáveis**

Item	Especificação Técnica Mínima	Observações / Requisitos Complementares
Quantidade	01 (um) par de tabelas de basquete oficiais	Inclui 02 tabelas completas, com aros, painéis e bases.
Conformidade	Atender integralmente às normas da FIBA e da CBB para competições oficiais	Obrigatória a apresentação de certificado de conformidade ou declaração técnica equivalente.
Dimensões da Tabela (Painel)	Altura: 1,05 m Largura: 1,80 m	Medidas oficiais da FIBA.
Material da Tabela	Acrílico, vidro temperado ou policarbonato, com espessura mínima de 10 mm (sendo todos de alta resistência).	Deve permitir boa visibilidade e resistência a impactos.
Altura do Aro	3,05 m medidos do piso até o bordo superior do aro	Medida oficial da FIBA e CBB.
Diâmetro Interno do Aro	45 cm (450 mm)	Tolerância máxima de ± 2 mm.
Material do Aro	Aço maciço, com acabamento em pintura eletrostática anticorrosiva	Cor laranja padrão FIBA.
Sistema do Aro	Tipo basculante ou com mola de amortecimento de impacto (spring loaded)	Deve reduzir risco de lesões em dunks.
Rede do Aro	Nylon ou poliéster trançado,	Resistente à umidade e ao



Item	Especificação Técnica Mínima	Observações / Requisitos Complementares
	fixada por ganchos ou sistema antidesprendimento.	uso intenso.
Estrutura de Suporte	Metálica, tubular ou em viga reforçada, projetada para uso esportivo.	Capacidade de sustentação compatível com o painel e aro.
Base de Apoio	Móvel, com rodízios reforçados e sistema de travamento mecânico ou hidráulico.	Garantir estabilidade durante o jogo.
Sistema de Contrapeso	Deve conter contrapeso interno adequado à estabilidade durante uso.	Dimensionado conforme normas FIBA para evitar tombamento.
Proteções Laterais e Frontais	Almofadadas, com espuma de alta densidade e revestimento em couro sintético ou PVC.	Cor uniforme, resistente a rasgos, fácil de higienizar.
Mobilidade	Deve possuir rodízios de alta resistência com sistema de travamento.	Permitir fácil deslocamento e fixação segura em quadra.
Ajuste de Nível	Deve permitir nivelamento em pisos irregulares.	Sistema de regulagem manual ou automático.
Acabamento	Pintura eletrostática ou galvanizada, resistente à corrosão e maresia.	Evitar oxidação e desgaste.
Montagem/Desmontagem	Sistema modular, permitindo montagem e desmontagem sem solda.	Facilitar transporte e armazenamento.
Garantia	Mínimo 12 (doze) meses	Inclui peças, suporte



Item	Especificação Técnica Mínima	Observações / Requisitos Complementares
		técnico e assistência pós-venda.
Documentação Técnica	Manual técnico completo em português; Certificado de conformidade com as normas das respectivas confederações; ART ou RRT do responsável técnico pela instalação.	Entrega obrigatória junto com o equipamento.
Entrega e Instalação	No local indicado pela contratante, com montagem e testes operacionais	A contratada deverá entregar os equipamentos prontos para uso.

Cabo Frio, 12 de novembro de 2025

IVAN CRUZ VASCONCELLOS NETO

Mat. 250401743



ANEXO B
CLASSIFICAÇÃO DE BENS

ITEM	OBJETO	QUANTIDADE	CLASSIFICAÇÃO
01	Placar Eletrônico Principal	02	P
02	Relógios de 24/14 Segundos (Shot Clock)	02	P
03	Tabela de Basquete Oficial	02	P

Portaria nº 448, de 13 de setembro de 2002.

LEGENDA	
CONSUMO	C
PERMANENTE	P

Cabo Frio, 12 de novembro de 2025.

IVAN CRUZ VASCONCELLOS NETO

Mat. 250401743